



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Embargos de Declaração nº 0262050-0**

**Embargante:** N.B.Cavalcanti LTDA

**Advogado:** João Vicente Neves Baptista

**Embargado:** Município de Olinda

**Procurador:** José Cláudio Ribeiro Viana

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM FACE DE ACORDÃO PROLATADO NO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO. COBRANÇA DE ISS. EMPRESA DE SERVIÇOS DE TELETAXI. ALEGAÇÃO DE SER A EMBARGANTE ISENTA DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR 09/2000 SENDO TAL ATRIBUIÇÃO ALEGADA PELO PRÓPRIO FISCAL DA MUNICIPALIDADE. POSSIBILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO REVER SEUS PRÓPRIOS ATOS EVADOS DE ILEGALIDADE OU ERRO. TENTATIVA DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. FUNDAMENTOS SUFICIENTES AO DESLINDE DA CAUSA. OMISSÃO INOCORRENTE. EMBARGOS REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME.

1. Os embargos de declaração constituem recurso de rígidos contornos processuais, consoante disciplinamento inserto no artigo 535, do Código de Processo Civil, exigindo-se, para seu acolhimento, que estejam presentes os pressupostos legais de cabimento.

2. Inocorrentes as hipóteses previstas em lei, não há como prosperar o inconformismo do embargante.

3. Não está o Julgador obrigado a enfrentar todas as regras jurídicas, pontos e argumentos levantados pelas partes, mas a julgar a questão posta em exame de acordo com as provas produzidas nos autos, enfocando os aspectos pertinentes que julgar necessário ao deslinde da causa, e a dizer o direito conforme a legislação que entender aplicável ao caso concreto, de acordo com seu livre convencimento, sendo acertado, por isso, afirmar, na hipótese, que o julgador promoveu a análise suficiente de toda a matéria trazida no recurso.

4. A empresa embargante alega que fora coagida a proceder com o parcelamento do débito, para que pudesse manter-se apta a participar de procedimentos licitatórios, nos moldes exigidos pela Lei nº 8.666/93, e que visando a obtenção das certidões, parcelou os supostos débitos, requerendo portanto, que seja a municipalidade compelida a suspender a exigibilidade de pagamento do parcelamento referente ao

182  
8



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

auto de infração nº 4.00157/03-9, para fornecer Certidão positiva com efeito negativo de tributos, haja vista ser beneficiária da isenção e anistia fiscal concedidas pela Lei Complementar nº 09/2000, a qual isenta a atividade exercida pela agravante do pagamento do ISS próprio, bem como concede anistia e remissão de todos os débitos anteriores a vigência da lei, que é de 02/05/2000.

5. É sabido que os atos administrativos gozam de presunção de legitimidade e apenas podem ser desconstituídos através de prova inequívoca. Portanto, analisando as provas carreadas aos autos, não são elas suficientes para, ao menos por meio desta cognição sumária, considerar o ato produzido pela Administração Pública como ilegal, a permitir, assim, a antecipação da tutela nos termos pretendidos pelo agravante.

6. A matéria posta em debate restou absolutamente enfrentada no aresto embargado, de maneira clara e coesa, contudo contrária à pretensão da parte ora embargante, que, inconformada, utilizou os aclaratórios em desajuste com as hipóteses elencadas no art. 535, do CPC, com o nítido propósito de rediscutir matéria já decidida.

7. Ausência de verificação de qualquer das hipóteses autorizadoras dos Embargos de Declaração.

8. Embargos de Declaração rejeitados. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração nº 0262050-0, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão realizada no dia 25/04/2013, à unanimemente, em rejeitar os presentes embargos, conhecendo-os apenas para fins de prequestionamento, nos termos dos votos e do relatório proferidos neste julgamento, que fazem parte integrante deste julgado.

Recife, 25/04/2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Embargos de Declaração nº 0262050-0**

**Embargante:** N.B.Cavalcanti LTDA

**Advogado:** João Vicente Neves Baptista

**Embargado:** Município de Olinda

**Procurador:** José Cláudio Ribeiro Viana

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**RELATÓRIO**

Cuidam-se de Embargos de Declaração opostos contra acórdão que à unanimidade de votos, negou provimento ao Agravo de Instrumento em apenso, o qual pugnavapela reforma da decisão interlocutória proferida pelo Juízo da Primeira Vara da Fazenda Pública da Comarca de Olinda, o qual indeferiu o pedido liminar que consistia em suspender a exigibilidade do pagamento do parcelamento de dívida referente ao Auto de Infração nº 400157/03-9 (500.087/08-3) e o fornecimento de certidão positiva com efeito negativo de tributo.

Em suas razões recusais, alega o embargante que a decisão desta relatoria teria incorrido em omissão, pois não analisou os demais pontos apresentados para o pedido liminar, tendo apenas apreciado o pedido sob o prisma da aplicabilidade ou não da LC 09/2000 em favor da autora, decidindo de forma negativa à autora, deixando de analisar a impossibilidade de aplicação de novo crédito jurídico a fatos geradores pretéritos (art. 142, 146 do CTN).

Aduz ainda, que o autor vinha recolhendo normalmente o ISS sobre os valores dos serviços por ele prestados, até o mês de maio de 2000, e que em procedimento fiscalizatório, foi formalmente orientado a não mais recolher referido tributo, por meio da Auditora Fiscal do Município, ora embargado, sob a alegação de que a empresa era beneficiária da isenção e anistia fiscais, concedida pela Lei Complementar nº 09/2000.

Alega portanto, que o pleito liminar perseguido encontra respaldo na vedação de retroatividade na hipótese de mudança de crédito jurídico pela autoridade fiscal e no respeito à segurança jurídica, ou seja, a ação proposta, desta forma, visa anular apenas o débito verificado no período compreendido entre o despacho havido na fiscalização orientadora e a lavratura do auto de infração, pelo não recolhimento durante esse mesmo período.

184  
8



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Ao final, requer sejam acolhidos os presentes embargos declaratórios para sanar as omissões apontadas, atribuindo-se-lhes efeitos infringentes, a fim de prosseguir o processo em seus ulteriores termos.

É o relatório. Inclua-se em pauta.

Recife, 25 / 04 / 2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Embargos de Declaração nº 0262050-0**

**Embargante:** N.B.Cavalcanti LTDA

**Advogado:** João Vicente Neves Baptista

**Embargado:** Município de Olinda

**Procurador:** José Cláudio Ribeiro Viana

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**VOTO**

Constituem os Embargos de Declaração recurso cabível para atacar obscuridades, contradições ou omissões existentes no provimento jurisdicional, nos termos do art. 535, I e II, do CPC, bem como para sanar a ocorrência de erro material, sendo admissível, em face de construção jurisprudencial, contra decisões em sentido amplo.

No presente caso, não vislumbro qualquer omissão a macular a decisão ora objurgada.

Com efeito, não está o Julgador obrigado a enfrentar todas as regras jurídicas, pontos e argumentos levantados pelas partes, mas a julgar a questão posta em exame de acordo com as provas produzidas nos autos, enfocando os aspectos pertinentes que julgar necessário ao deslinde da causa, e a dizer o direito conforme a legislação que entender aplicável ao caso concreto, de acordo com seu livre convencimento, sendo acertado, por isso, afirmar, na hipótese, que o julgado promoveu a análise suficiente de toda a matéria trazida no recurso.

Nesse sentido está firmada a orientação da jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. (AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO PROCESSUAL CIVIL. ART. 544 DO CPC. RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. REDIRECIONAMENTO PARA O SÓCIO-GERENTE. ART. 135, III, DO CTN. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO FISCO DE VIOLAÇÃO À LEI. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 535, 128 e 460 DO CPC. INOCORRÊNCIA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 07/STJ.) 1. O inconformismo, que tem como real escopo a pretensão de reformar o decisor, não há como prosperar, porquanto inocorrentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, sendo inviável a revisão em sede de embargos de declaração, em face dos estreitos limites do art. 535 do CPC. [...] 8. **Inexiste**



186  
8

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

ofensa ao art. 535 do CPC, quando o Tribunal de origem, embora sucintamente, pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão. 9. Agravo regimental desprovido. 4. Embargos de declaração rejeitados (EDcl no AgRg no Ag 1101780/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJ 03/12/2009).

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - TRIBUTÁRIO - DECADÊNCIA - ART. 149, V DO CTN - INEXISTÊNCIA DE DECLARAÇÃO E DE PAGAMENTO TOTAL DO CRÉDITO - CONTRADIÇÃO - NÃO-OCORRÊNCIA. 1. **Não ocorre ofensa ao art. 535, I e II, do CPC, se o acórdão decide, fundamentadamente, as questões essenciais ao julgamento da lide.** 2. Conforme jurisprudência majoritária do STJ, havendo pagamento parcial de tributo, o Fisco deve lançar a diferença no prazo previsto no art. 173, I, do CTN. Incidência da Súmula 83/STJ. 3. Embargos de declaração rejeitados (EDcl no AgRg no Ag 1109558/PR, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJ 02/12/2009) - grifos nossos.

O mero descontentamento da parte não tem o condão de tornar cabíveis os Embargos de Declaração visando a modificação do julgado, excepcionalmente admitida pelo ordenamento processual.

Da análise dos autos, guerreia o embargante contra a decisão interlocutória que negou a concessão de antecipação de tutela à recorrida, empresa que "se diz coagida a proceder com o parcelamento do débito, para que pudesse manter-se apta a participar de procedimentos licitatórios, nos moldes exigidos pela Lei nº 8.666/93". Menciona que para a obtenção das certidões, parcelou os supostos débitos, requerendo portanto, que seja a municipalidade compelida, neste Juízo a suspender a exigibilidade de pagamento do parcelamento referente ao auto de infração nº 4.00157/03-9, para fornecer Certidão positiva com efeito negativo de tributos, haja vista ser beneficiária da isenção e anistia fiscal concedidas pela Lei Complementar nº 09/2000, a qual isenta a atividade exercida pela agravante do pagamento do ISS próprio, bem como concede anistia e remissão de todos os débitos anteriores a vigência da lei, que é de 02/05/2000.

É cediço que para a concessão de um provimento liminar, se faz mister a verificação de dois requisitos autorizadores, notadamente o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*.

O *fumus boni iuris* refere-se à existência ou não de uma pretensão razoável, com probabilidade de êxito em juízo, enquanto o



188  
3

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

*periculum in mora* diz respeito ao risco de ineficácia do provimento final, decorrente da demora do andamento e julgamento da ação principal.

A praxe jurídica mais atualizada exige para a concessão dos efeitos previstos no art. 273 do CPC, a presença no pleito da parte requerente, conjuntamente, de um mínimo de aparência de bom direito (*fumus boni iuris*) e de perigo na demora (*periculum in mora*), que estão direta e simultaneamente ligados à possibilidade de êxito do pedido de tutela antecipatória e à necessidade de urgência da prestação jurisdicional. (MC 11.632/SP, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros).

Além do mais, a empresa embargante, detinha meios de antever o equívoco do auto de infração, pela própria lei, por esta relacionada pela não isenção, sendo, portanto, inclusa no rol das empresas que pagam o imposto *in lume*. E mais, é sabido que a administração pode a qualquer momento rever seus atos, e aniquilar aqueles eivados de irregularidades.

Do exposto, ressalto que se mostra irrefutável a decisão do Juízo *a quo*, e que da análise dos fatos alegados, encontra-se inofismáveis os indícios de engano da Auditora Municipal, de modo que não há muito o que discorrer sobre o inconformismo do recorrente nesse tocante.

A matéria posta em debate restou absolutamente enfrentada no aresto embargado, de maneira clara e coesa, contudo contrária à pretensão da parte ora embargante, que, inconformada, utiliza os aclaratórios em desajuste com as hipóteses elencadas no art. 535, do CPC, com o nítido propósito de rediscutir o mérito da causa, desiderato vedado na estreita via integrativa dos aclaratórios.

Se porventura pretende o embargante modificar o aresto hostilizado, almejando que lhe seja conferida solução diversa, poderá valer-se de outros instrumentos legais postos à sua disposição, não encontrando amparo o reexame pretendido em sede de Embargos de declaração.

A propósito, confirmam-se os seguintes arestos do STJ:

PROCESSO CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - INTIMAÇÃO PESSOAL DA FAZENDA PÚBLICA RECEBIDA POR PROCURADOR DIVERSO DO



188  
8

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

REPRESENTANTE NO FEITO - POSSIBILIDADE - ABANDONO DA CAUSA - APLICAÇÃO DO ART. 267, INCISO III E § 1º, DO CPC - EXTINÇÃO DO FEITO - AUSÊNCIA DE QUALQUER UM DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ART. 535 DO CPC - IMPOSSIBILIDADE DE EFEITOS INFRINGENTES. 1. Despiciendo que a intimação se dê na pessoa do representante judicial atuante no feito já que a intimação não foi feita via remessa dos autos, hipótese prevista no parágrafo único do art. 25 da Lei n. 6.830/80 - Lei de Execuções Fiscais. 2. In casu, a intimação da Fazenda Pública deu-se na forma do caput do referido dispositivo legal, e recebida, pessoalmente, pelo Chefe do Gabinete da Procuradoria-Geral do Município. Assim inexiste qualquer nulidade a ser sanada quanto ao ato intimatório. 3. **O embargante, inconformado, busca, com a oposição destes embargos declaratórios, ver reexaminada e decidida a controvérsia de acordo com sua tese.** 4. A inteligência do art. 535 do CPC é no sentido de que a contradição, omissão ou obscuridade, porventura existentes, só ocorre entre os termos do próprio acórdão, ou seja, entre a ementa e o voto, entre o voto e o relatório etc, o que não ocorreu no presente caso. Embargos de declaração rejeitados (EDcl no AgRg no REsp 1130484/MG, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, DJ 07/12/2009).

Logo, inócuo o manejo dos presentes aclaratórios com a intenção de suprir inexistente omissão do acórdão, até porque os pedidos feitos na exordial do presente recurso, nas alíneas "a" e "b", são questões de mérito a serem apreciados pelo Juízo *a quo*.

Feitas essas considerações, voto pela rejeição dos presentes Embargos de Declaração.

É como voto.

Recife, 25 / 04 / 2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**

